

Da gravidez à orientação sexual: a visão da juventude em busca da identidade sexual*

Carla Loreane Maicá Soares¹

Resumo

Este artigo propõe analisar a gravidez como consequência da vivência da sexualidade por jovens adolescentes moradoras do Distrito Federal. A partir das observações desenvolvidas durante estágio extracurricular no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e apoiada pelo diálogo com textos que envolvem o tema, busco destacar o valor da família e da escola como instituições fundamentais para o desenvolvimento psicossocial da juventude. O objetivo é problematizar os mecanismos utilizados para a conscientização dos jovens e, com isso, indicar a importância de se adotar uma nova postura pedagógica acerca da orientação sexual, conforme apresentada nos currículos escolares.

Palavras-chave: CRAS. Escola. Gravidez. Orientação sexual. Periferias. Sexualidade.

O Centro de Referência de Assistência Social (doravante CRAS), situado em Sobradinho, região administrativa do Distrito Federal, é uma unidade pública responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social, cuja atuação está em proteger as famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Durante a minha vivência nesse órgão, percebi que as dificuldades de se prestar um bom serviço são grandes, devido à grande demanda de pessoas/beneficiários e ao número reduzido de assistentes

* Artigo elaborado como trabalho de conclusão da matéria de Pesquisa e Prática Pedagógica

¹ Estudante da Graduação do curso de História do UniCEUB.

sociais, psicólogos, pessoal de apoio técnico, dentre outros, o que gera uma sobrecarga de serviços, dificultando o atendimento que deveria ser individualizado e eficaz. É um ambiente que tive o prazer de conhecer, onde tive o prazer de estar e de trabalhar, em diversas funções, desde recepcionista ao apoio administrativo, o que sinalizou algumas compreensões que aqui compartilho.

Na vivência no CRAS pude conhecer uma realidade até então vista apenas através dos meios de comunicação; uma realidade geograficamente tão perto mas ao mesmo tempo tão longe dos olhos. Ou talvez só longe quando não se quer ver. Eu vi a fome e o cansaço das mulheres que chegavam cedo para conseguir uma senha do atendimento; vi o desespero das famílias em busca de todo tipo de ajuda – desde benefícios até os cursos oferecidos; vi o descaso de servidores, talvez pelo desgaste e também pelas ofensas que recebem; a insatisfação mútua tanto de funcionários quanto de beneficiários com relação à estrutura do ambiente – que possui apenas uma sala para as psicólogas e assistentes, onde são atendidas de duas a três pessoas por vez, relatando suas vidas sem nenhuma privacidade.

Constatei, no decorrer dos anos, fato também relevante, oportunismo por parte de algumas mulheres, caracterizado pela postura com que pedem informações sempre ligadas às questões referentes a valores pagos pelos Programas Sociais. Em nenhum momento elas mostram interesse por cursos ou chances de emprego, mas sim, em saber quanto se ganha pela quantidade de filhos, obrigando-os a irem à escola, não porque acreditam na educação, porque é o requisito mais importante para receber o benefício do Governo.

Nesta vivência e em conversas com adolescentes grávidas, participantes no Programa Mãezinha Brasileira (hoje denominado Auxílio Natalidade) realizado no CRAS, reuniões são realizadas e ministradas por

uma psicóloga. O tema é voltado às questões do direito da mulher e da criança. Abrange ainda informações sobre os programas sociais do Governo Federal e do Distrito Federal, bem como planejamento familiar. Nas reuniões encontram-se crianças, jovens e adultos em quantidade considerável, que varia de 15 a 40 pessoas por mês. Mulheres de várias idades e personalidades, mulheres tímidas, analfabetas, cansadas ou desmotivadas, que não compartilham seus pensamentos e sua maneira de viver, talvez por vergonha ou por não encontrarem espaço para o desabafo; muitas (infelizmente) estão ali pelo simples fato de que, se não comparecessem, perderiam o auxílio-natalidade no valor de R\$200,00 mais um *kit* com o enxoval dos primeiros dias do recém-nascido. Outras (a minoria) comparecem pelas informações, pelos ensinamentos, pelo convívio; pode-se ver que, mesmo com as dificuldades que enfrentam, chegam sorridentes e dispostas.

Através de conversas e de observação, o que mais me chamou atenção e me deixou penalizada foi o fato de presenciar meninas grávidas com idade de 11 anos. Notei que as mesmas, menores de idade, têm informação sobre métodos contraceptivos e as doenças sexualmente transmissíveis, inclusive na escola, no posto de saúde, no ambiente familiar. No decorrer de diálogos com essas jovens mulheres, eu as questionei sobre o que pensavam a respeito da gravidez e as respostas foram: “*ah, sei lá*”, “aconteceu”, “eu quis”, “descuido”, dentre outras. A partir desse convívio pude perceber a imaturidade; a busca por *status*, para ser aceita em sua comunidade e pelos amigos; a imposição e/ou a chantagem do parceiro, para não se usar preservativo – muitas dessas mulheres já estão “emancipadas”; o descuido com o uso dos métodos contraceptivos; e o desejo de ser mãe.

Essas reuniões se tornam palco de diversas e complexas situações – problema que me fez refletir e me espantar com a realidade familiar dessas

mulheres. Exemplo disso foi o atendimento de uma mãe, grávida de 3 meses e com um bebê de 9 meses no colo, levando sua outra filha de 12 anos grávida de 8 meses, para participarem da reunião e receberem os benefícios. Não ouvi por parte de nenhuma delas relatos de abuso sexual, estupro ou aborto, e nem das assistentes sociais, que devem garantir a integridade da pessoa, o respeito e o sigilo das informações.

Peguei-me a refletir sobre esta questão: o que levaria essas jovens com idades entre 11 e 17 anos a engravidar e os fatores sociais, culturais, físicos, econômicos e psicológico que envolvem essa juventude? Pesquisei, através de leituras, filmes, documentários e em conversas com professores, amigos e funcionários do CRAS sobre essas questões. A partir disso, reconheci a importância de se melhorar o currículo escolar quando se fala em orientação sexual juntamente com o apoio da família. Pois ainda se vê uma cultura enraizada, muita ingenuidade, a iniciação da sexualidade na busca de novos prazeres e do sexo cada vez mais cedo, a falta de discernimento em compreender situações e de avaliar as coisas com bom senso e clareza, a desmotivação nos estudos (gerando evasão escolar), e a falta de políticas públicas eficientes. Essa já se tornou uma questão de saúde pública em algumas regiões do país, e em Brasília/DF não é diferente.

1 A orientação sexual como proposta

Há muito se discute a importância de incluir a orientação sexual nos currículos escolares, já que ela está diretamente relacionada ao exercício da cidadania, na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e, por outro, busca-se garantir direitos básicos (como a saúde, a informação e o conhecimento – elementos fundamentais para a formação de cidadãos) a todos. A postura e o papel do professor orientador e da escola são fatores-

chave para que o sujeito, fora do ambiente escolar, possa reforçar, questionar ou contestar as informações recebidas nesse espaço. Nesse sentido, tais reflexões deveriam possibilitar que os sujeitos desenvolvam e exerçam sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Argumento, entretanto, que o tipo de orientação sexual adotada pelas escolas centra-se em um modelo conservador, em que a sexualidade é abordada como algo a ser reprimido, restringindo sua interpretação ao âmbito da procriação, da prevenção de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), como forma de evitar a gravidez indesejada.

A partir desse pressuposto, proponho uma ressignificação das práticas escolares que tratam da orientação sexual, incluindo-a em um contexto mais amplo e atento, especialmente, às necessidades de escolas localizadas em periferias urbanas. Tal proposta se fundamenta em diálogos com os autores Carla Pinsky (2009), Lana Mara de Castro Siman (2008), Tomaz Tadeu da Silva (2010) e Paulo Melgaço Silva Jr e Antônio Flavio Moreira (2010), somados ao livro *Juventude e Sexualidade*, produzido pela UNESCO, que me deram base para uma visão geral do Brasil sobre diversos temas relacionados à juventude.

Com isso, busco enfatizar a importância de nortear os estudantes, de forma que sejam capazes de respeitar a diversidade de valores, gênero e raça, bem como respeitar as crenças, os comportamentos referentes à sexualidade, às identidades sexuais, de compreender que o prazer é algo saudável. Mais do que enfatizar os aspectos biológicos ligados à sexualidade, compreendo que a orientação sexual deva trazer aos jovens reflexões sobre: conhecer seu corpo e se valorizar; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os do outro; conhecer os métodos contraceptivos; evitar doenças sexualmente transmissíveis; ter cuidado com a escolha dos parceiros; desenvolver

consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade. Compreender a sexualidade como uma das dimensões do ser humano envolve questões de gênero, identidade social, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução – seja ela experimentada ou expressa em pensamentos, crenças, atitudes, desejos, valores e relacionamentos. O currículo escolar torna-se espaço de acolhimento e deslocamento dessas fronteiras, questionando as diferenças, a fim de estimular novas formas de pensar a cultura, o conhecimento e os fatores econômicos e sociais que constituem a identidade da instituição. Vislumbra-se, a partir disso, uma educação que consegue impor limites sem que isso iniba a vida pulsional dos jovens.

Ainda que a aproximação entre sexualidade e escola seja feita com reservas na literatura especializada, por outro lado, defende-se tal união, uma vez que tendo o conhecimento, o desenvolvimento da inteligência e o verbo como eixos, a escola pode colaborar para colocar em outro patamar o tratamento da sexualidade. (CASTRO; SILVA; ABRAMOVAY, 2004, p. 37)

Para tanto, faz-se necessário que a escola desenvolva um planejamento ao iniciar a inserção dos temas propostos na orientação sexual, compreendendo como o estudante se situa no lugar onde vive, conhecendo sua composição familiar, relações de amizade e acesso aos meios de comunicação. Somente quando compreendidos os “cenários” em que os estudantes se inserem é que as questões subjetivas relacionadas à sexualidade poderão ser adequadamente tratadas. Entre essas questões: a descoberta do seu corpo, que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer e suas transformações na puberdade; a iniciação sexual com suas dimensões biológica, psicológica e social; com isso, favorecer-se-á ao aluno uma maior conscientização, a matriz da sua sexualidade e o conhecimento próprio.

Tal planejamento deve também levar em conta outros aspectos, entre eles: a questão de gênero vista como um conjunto de representações sociais e culturais, construídas a partir da diferença biológica dos sexos, ou seja, as noções de feminino e masculino percebidas como construção social, em que as diferenças de comportamento se manifestam na vivência da sexualidade de cada um, nos relacionamentos e nas relações humanas. Isso possibilita o questionamento dos papéis definidos, o combate às relações autoritárias estabelecidas por padrões de gênero (masculino/feminino).

Vale ressaltar que não se trata de desmerecer a importância da abordagem dos temas considerados “clássicos” na orientação sexual (como as DSTs, por exemplo). Entretanto, o enfoque dado a tais temas deve ser coerente e não deve acentuar a ligação entre sexualidade e doença ou morte. As informações sobre as doenças devem ter sempre como foco a promoção de condutas preventivas, enfatizando-se a distinção entre as formas de transmissão que propiciam risco de contágio (através de relação sexual sem o uso de preservativos, transfusão de sangue, uso de instrumentos cirúrgicos ou seringas de pessoas infectadas pelo HIV), daquelas que, na vida cotidiana, não envolvem risco algum (como aperto de mão, abraço, uso de talheres, dentre outros).

Deve-se discutir a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) pelo aumento significativo de contágio e mortes provocadas. Os últimos dados da Secretaria de Saúde do DF apontam que 80% dos casos da doença são devidos às relações sexuais sem prevenção, e, desse total, mais de 50% são relações entre homens; além do aumento para 34 casos entre jovens de 13 a 24 anos. A AIDS é um tema importante, já que é considerado um momento paradigmático para a reflexão social sobre a sexualidade. Com isso, deve-se propor aos alunos que divulguem seus conhecimentos e promovam a

solidariedade, o respeito e a adoção de valores em busca da conscientização das pessoas à sua volta. Robert Bastien, um pesquisador que baseou seus estudos em abordagens pedagógicas sobre o tema AIDS/HIV nas escolas, diz:

Os estudantes não têm, racionalmente, outra escolha, ao discutir a questão da AIDS e do HIV com seus professores que não a de darem as respostas esperadas, ao invés de se envolverem num diálogo franco, porque o ensino está, em geral, ligado a alguma forma de avaliação. (BASTIEN apud BRITZMAN, 2007, p. 91)

Bastien nos faz refletir sobre novas abordagens a partir dessa citação, como o uso de testemunhos, do teatro, da música e discussões do tipo mesa-redonda. Talvez isso se mostre mais eficaz e relevante, em vez de se manter o padrão cultural da escola, no qual o ensino dos fatos é mais relevante e importante que a compreensão das questões íntimas. No currículo escolar cujo tema é a orientação sexual deve-se levar sempre em conta a faixa etária: questões sobre sexualidade são diferentes para cada etapa do desenvolvimento, assim como os interesses e as possibilidades de compreensão de cada aluno e suas particularidades.

O exemplo atual que poderíamos usar seria a polêmica sobre o *kit* anti-homofobia (também chamado pejorativamente de *kit* “*gay*”) – material (vídeo e cartilha) a ser entregue aos estudantes com faixa etária de sete a dez anos nas escolas públicas, o que gerou muita polêmica. Acredito que não será uma cartilha ou um vídeo que mudará a opção sexual dos jovens ou influenciará no seu comportamento perante o oposto, mas sim a mudança de novas abordagens, visões e debate sobre os mais diversos temas, incluindo a família e professores no ensino, pois tanto a família quanto os educadores já se encontram manipulados pelos preconceitos que carregam desde a sua formação.

Vê-se então que o processo de inclusão de tema no currículo escolar deve ser pautado em uma compreensão que não desvincule da sexualidade do contexto ambiental, social, econômico e até político. O aumento da informação e a atuação da escola como construtora de conhecimentos possibilitam importantes reflexões sobre as condições de vida, de identidade e subjetividades de cada novo integrante da sociedade.

A escola possibilita aos alunos, através da orientação sexual, informações e reflexões sobre a sexualidade e tem como meta final não apenas ensinar, e sim formar jovens preparados e conscientes para conseguir impor-se em meio às turbulências e dificuldades da vida em sociedade. Paulo Melgaço Silva Jr. relata a respeito desse tema:

[...] à expectativa de que os programas de orientação sexual promovidos pelas escolas brasileiras possam se ampliar e romper com as amarras e os padrões impostos. Espera-se que a aprendizagem das diversas possibilidades de práticas sociais e de sexualidades vivenciadas nas periferias urbanas permita vislumbrar novas perspectivas de discussão da sexualidade como construção social [...]. (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 13)

Através dos textos lidos e da experiência do meu estágio, observo uma preocupação crescente no que se refere às particularidades dos alunos moradores das periferias urbanas, buscando compreender os rótulos construídos em torno de visões estereotipadas: desemprego, violência no ambiente familiar ou fora dele, consumo elevado de bebidas alcoólicas, drogas e pobreza; ambiente marcado pela falta de Políticas Públicas básicas: infraestrutura, saneamento, saúde, educação, segurança. Devemos pensar estes como fatores que influenciam os discursos, conceitos e relações humanas.

Concluo este artigo ressaltando a importância de se fixar uma educação de qualidade, pelo aperfeiçoamento da orientação sexual como

parte fundamental do currículo escolar, que dirija os alunos: a busca de uma construção social da vida sexual, a descoberta de sua identidade, a descoberta da sexualidade, a prevenção da gravidez precoce por métodos contraceptivos. Mesmo que os fatores culturais, religiosos e sociais que moldam e estruturam a identidade dessas crianças possam colocar limites nas suas descobertas, ainda sim, a escola e a família continuarão a ser os únicos capazes de mudar as crianças que estão por vir.

Referências

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da; ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

HISTÓRIA da AIDS. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

JOFFILY, Suzana Meira Lopes de Castro. *Adolescentes mães em contexto de abrigamento: significando a gravidez e a maternidade*. Curitiba: Juruá, 2010.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

PROFISSÃO Repórter: maternidade infantil. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2011.

SILVA JÚNIOR, Melgaço; MOREIRA, Antônio Flavio. Periferias, sexualidades e educação para a sexualidade: desafios para as praticas curriculares. In: SOBREIRA, H. G. (Org.). *Educação, cultura e comunicação nas periferias urbanas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço. *Corpos, escola e sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual*. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SIMAN, Lana Mara de Castro. A cidade na memória: leitura indiciária e ensino da História. In: RIOS, K. S.; FURTADO FILHO, J. E. (Org.). *Em tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.